

## **Acordo dos Povos Indígenas da Bacia Amazônica pelo Clima e pela Vida**

Nós, organizações indígenas da Bacia Amazônica – COIAB, APA, AIDSESP, CIDOB, FOAG, OIS, OPIAC, ORPIA – reunidos no Encontro Internacional dos Povos Indígenas da Bacia Amazônica, de 12 a 14 de fevereiro de 2025, em Manaus, Brasil, reafirmamos que o tempo para ações climáticas efetivas é agora.

Sabemos que, sem ações decisivas e eficazes, a preservação da vida em um planeta em chamas está à beira de um colapso irreversível. A crise climática não é uma ameaça distante, mas uma realidade devastadora que já afeta nossos territórios, nossas vidas e nossas culturas. Por isso, enquanto autoridades e sujeitos essenciais na preservação da Amazônia e na regulação do clima global, declaramos a emergência climática na Amazônia.

A crise climática não é apenas uma questão ambiental, mas uma crise de valores e de liderança. Não aceitaremos mais promessas vazias ou compromissos sem ações concretas dos governos nacionais. Somos povos que vivem em harmonia com a natureza a partir de nossos sistemas de conhecimentos ancestrais e possuímos a verdadeira governança e autoridade climática para regular o clima e combater a destruição da biodiversidade. Para que a humanidade tenha um futuro, as soluções precisam passar pela liderança indígena. Por isso, exigimos que nossas vozes e direitos sejam respeitados nas discussões globais sobre o clima, especialmente na COP-30, que acontecerá em nosso território.

Nosso apelo é urgente e exige ação imediata: garantir a copresidência indígena na COP-30 é fundamental para assegurar e avançar com os compromissos estabelecidos nas Convenções-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. Não permitiremos que decisões vitais sobre o futuro do planeta sejam tomadas sem nossa plena participação. A Amazônia, nossa casa sagrada, não pode ser tratada como apenas mais um cenário nas discussões climáticas. Ela deve ser o epicentro dessas

negociações. A Amazônia é chave fundamental para a luta climática global, e a preservação de suas florestas não é uma questão vital apenas para os nossos povos, mas de sobrevivência para toda a humanidade. Se não for protegida, a Amazônia deixará de ser parte da solução para a crise climática e se tornará uma bomba de carbono prestes a explodir.

Não podemos mais esperar – a luta pela Amazônia é uma luta pela vida no planeta, assim como é a luta pelos demais biomas e os principais sumidouros naturais de carbono (florestas, oceanos e solos).

O discurso sobre usar os recursos do petróleo da Amazônia para financiar a transição energética não é apenas falso, é escandalosamente cínico. Ele ignora a gravidade da crise climática e a devastação causada pela exploração de combustíveis fósseis – que são, de fato, os maiores responsáveis pela crise climática global. Não permitiremos que nos enganem com falácias e estratégias que apenas prolongam a destruição. O fim da exploração de petróleo na Amazônia e no mundo não é uma opção, é uma urgência. Não restará nenhuma floresta em pé em um planeta em chamas. A transição energética precisa ser feita de maneira justa e imediata, respeitando e protegendo as populações que já estão pagando o preço mais alto dessa destruição criminosa.

Exigimos das Partes e dos governos, com urgência, o respeito e reconhecimento dos povos indígenas em países onde nossa existência é invisibilizada e a demarcação e proteção dos territórios ancestrais indígenas como uma política climática coerente e necessária. A preservação do planeta e a mitigação das mudanças climáticas estão diretamente atreladas à garantia e proteção dos nossos territórios. Os territórios indígenas não são apenas áreas de conservação; eles são a chave para o futuro climático da humanidade. Exigimos que os países coloquem a demarcação ou titulação dos territórios indígenas, de acordo com cada realidade nacional, no centro de suas políticas climáticas e nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), principalmente dos territórios dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (PIIRC), que se encontram em uma situação de alta vulnerabilidade e risco de

extermínio. Não admitiremos metas fracas nem financiamentos vazios dos governos, pois isso afeta diretamente nossas vidas e nossos territórios.

Sabemos que a crise climática é uma dívida que não foi criada pelos nossos povos. O que é perturbador é a irresponsabilidade dos Estados, que estão se descompromissando enquanto os povos estão fazendo todos os esforços no combate à crise. Não há mais espaço para desculpas: é hora de um Balanço Ético Global sobre o Clima.

O reconhecimento da importância dos povos indígenas não pode ser apenas retórica; deve se traduzir em ações concretas que assegurem nossos direitos e garantam nossa liderança nas decisões políticas e soluções climáticas, tanto no cenário internacional quanto nos espaços nacionais e dentro de nossos próprios territórios. A presença indígena na UNFCCC, por meio de espaços como o Fórum Internacional de Povos Indígenas sobre Mudanças Climáticas (IIPFCC), o Caucus Indígena e a Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas (LCIPP), é fundamental para garantir que nossas questões e saberes ancestrais sejam parte essencial das negociações climáticas globais. Contudo, nosso protagonismo deve ultrapassar os limites dessas plataformas.

Demandamos que a arquitetura financeira da UNFCCC considere as nossas organizações indígenas e nossos próprios mecanismos financeiros, incluindo os fundos indígenas já existentes, para destinação de recursos voltados às ações climáticas de mitigação, adaptação, perdas e danos nos territórios indígenas.

Não aceitamos mais intermediários que não respeitam nossas autoridades e governos próprios, nem nossos saberes, sistemas de conhecimento e práticas de vida. O futuro da humanidade depende da autonomia e liderança dos povos indígenas, e exigimos que isso seja refletido nas políticas e práticas de financiamento.

Exigimos dos governos o absoluto respeito às autonomias e autodeterminação indígenas em todo e qualquer empreendimento em nossos territórios, incluindo o

mercado de carbono, a partir dos nossos Planos de Vida comunitários, sem ingerência do Estado e grandes corporações privadas. Esses projetos não podem estar desvinculados do respeito ao direito dos povos indígenas por uma consulta livre, prévia e informada com consentimento garantida na Convenção 169 da OIT, salvaguardas de Cancun, protocolos e outros mecanismos de consulta determinados por cada povo. A proteção de nossos territórios não deve ser uma ferramenta de lucro para grandes corporações ou governos.

Seguiremos firmes em uma frente unificada do movimento indígena da Amazônia – o "G9 da Amazônia Indígena" e outros espaços comuns de articulação e incidência acordados entre as organizações indígenas nacionais da Bacia Amazônica – na luta pela vida, pelos direitos territoriais e pela proteção dos biomas fundamentais para nossa existência e para o equilíbrio climático global. Que nossa união sirva de exemplo para o cuidado da vida no mundo, lembrando a todos que o futuro da humanidade depende da Amazônia e de todos os biomas preservados milenarmente pelos nossos povos.

Nosso chamado é claro: sem os povos indígenas, sem a nossa liderança e saberes, sem a proteção dos nossos territórios, não há soluções reais para a crise climática. A luta pela vida é nossa luta, e a nossa luta não é negociável. Estamos, e sempre estaremos, na linha de frente dessa batalha.

Convocamos todos os povos indígenas, aliados e parceiros para se unirem a nós. Queremos uma aliança intercontinental pela vida no planeta. Se depender de nós, o céu não irá desabar.

**SEMPRE ESTIVEMOS AQUI**

**A RESPOSTA SOMOS NÓS**

# COP30



---

## ELCIO SEVERINO DA SILVA MACHINERI

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira  
COIAB/PRESIDENTE

---

## ELIGIO DA COSTA

Organización Regional de los Pueblos Indígenas de Amazonas  
ORPIA/PRESIDENTE

---

## JOSÉ VALENTIN MUIBA GUAJI

Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia  
CIDOB/PONTO FOCAL

---

## JOSIEN TOKOE

Organization van Inheemsen en Surinam  
OIS/PRESIDENTE

---

## MARIO HASTINGS

Amerindian Peoples Association of Guyana  
APA/PRESIDENTE

---

## OSWALDO MARCIAL MUCA CASTIZO

Organización Nacional de los Pueblos Indígenas de la Amazonia Colombiana  
OPIAC/PRESIDENTE

---

## ROLAND WALDO SJABERE

Federación de Organizaciones Autóctonas de Guyana Francesa  
FOAG/DIRETORIA

---

## TABEA CASIQUE CORONADO

Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana  
AIDESEP/REPRESENTANTE DO PRESIDENTE

ESP

## **Acuerdo de los Pueblos Indígenas de la Cuenca Amazónica por el Clima y la Vida**

Nosotros, las organizaciones indígenas de la Cuenca Amazónica – COIAB, APA, AIDESEP, CIDOB, FOAG, OIS, OPIAC, ORPIA – reunidos en el Encuentro Internacional de los Pueblos Indígenas de la Cuenca Amazónica, del 12 al 14 de febrero de 2025, en Manaus, Brasil, reafirmamos que el momento para acciones climáticas efectivas es ahora.

Sabemos que, sin acciones decisivas y eficaces, la preservación de la vida en un planeta en llamas está al borde de un colapso irreversible. La crisis climática no es una amenaza distante, sino una realidad devastadora que ya afecta nuestros territorios, nuestras vidas y nuestras culturas. Por eso, como autoridades y sujetos esenciales en la preservación de la Amazonía y en la regulación del clima global, declaramos la emergencia climática en la Amazonía.

La crisis climática no es solo una cuestión ambiental, sino una crisis de valores y de liderazgo. No aceptaremos más promesas vacías ni compromisos sin acciones concretas de los gobiernos nacionales. Somos pueblos que vivimos en armonía con la naturaleza a partir de nuestros sistemas de conocimientos ancestrales, y poseemos la verdadera gobernanza y autoridad climática para regular el clima y combatir la destrucción de la biodiversidad. Para que la humanidad tenga un futuro, las soluciones deben pasar por el liderazgo indígena. Por eso, exigimos que nuestras voces y derechos sean respetados en las discusiones globales sobre el clima, especialmente en la COP-30, que se llevará a cabo en nuestro territorio.

Nuestro llamado es urgente y requiere acción inmediata: garantizar la copresidencia indígena en la COP-30 es fundamental para asegurar y avanzar con los compromisos establecidos en las Convenciones Marco de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático. No permitiremos que decisiones vitales sobre el futuro del planeta se tomen sin nuestra plena participación. La Amazonía, nuestra casa sagrada, no puede

ser tratada como solo otro escenario en las discusiones climáticas. Debe ser el epicentro de estas negociaciones. La Amazonía es clave para la lucha climática global, y la preservación de sus bosques no es solo una cuestión vital para nuestros pueblos, sino de supervivencia para toda la humanidad. Si no se protege, la Amazonía dejará de ser parte de la solución a la crisis climática y se convertirá en una bomba de carbono a punto de explotar.

Ya no podemos esperar – la lucha por la Amazonía es una lucha por la vida en el planeta, así como lo es la lucha por los demás biomas y los principales sumideros naturales de carbono (bosques, océanos y suelos).

El discurso sobre usar los recursos del petróleo de la Amazonía para financiar la transición energética no solo es falso, es escandalosamente cínico. Ignora la gravedad de la crisis climática y la devastación causada por la explotación de combustibles fósiles, que son, en realidad, los mayores responsables de la crisis climática global. No permitiremos que nos engañen con falacias y estrategias que solo prolongan la destrucción. El fin de la explotación de petróleo en la Amazonía y en el mundo no es una opción, es una urgencia. No quedará ningún bosque en pie en un planeta en llamas. La transición energética debe hacerse de manera justa e inmediata, respetando y protegiendo a las poblaciones que ya están pagando el precio más alto de esta destrucción criminal.

Exigimos de las Partes y los gobiernos, con urgencia, el respeto y reconocimiento de los pueblos indígenas en los países donde nuestra existencia es invisibilizada y la demarcación y protección de los territorios ancestrales indígenas como una política climática coherente y necesaria. La preservación del planeta y la mitigación de los cambios climáticos están directamente vinculadas a la garantía y protección de nuestros territorios. Los territorios indígenas no son solo áreas de conservación; son la clave para el futuro climático de la humanidad. Exigimos que los países pongan la demarcación o titulación de los territorios indígenas, según cada realidad nacional, en el centro de sus políticas climáticas y en las Contribuciones Nacionalmente

Determinadas (NDCs), especialmente de los territorios de los Pueblos Indígenas Aislados y de Reciente Contacto (PIIRC), que se encuentran en una situación de alta vulnerabilidad y riesgo de exterminio. No aceptaremos metas débiles ni financiamientos vacíos de los gobiernos, pues esto afecta directamente nuestras vidas y nuestros territorios.

Sabemos que la crisis climática es una deuda que no fue creada por nuestros pueblos. Lo que resulta perturbador es la irresponsabilidad de los Estados, que se están descomprometiendo mientras los pueblos están haciendo todo lo posible para combatir la crisis. Ya no hay espacio para excusas: es hora de un Balance Ético Global sobre el Clima.

El reconocimiento de la importancia de los pueblos indígenas no puede ser solo retórica; debe traducirse en acciones concretas que aseguren nuestros derechos y garanticen nuestro liderazgo en las decisiones políticas y soluciones climáticas, tanto en el escenario internacional como en los espacios nacionales y dentro de nuestros propios territorios. La presencia indígena en la UNFCCC, a través de espacios como el Foro Internacional de Pueblos Indígenas sobre el Cambio Climático (IIPFCC), el Caucus Indígena y la Plataforma de Comunidades Locales y Pueblos Indígenas (LCIPP), es esencial para garantizar que nuestras cuestiones y saberes ancestrales sean parte integral de las negociaciones climáticas globales. Sin embargo, nuestro protagonismo debe ir más allá de los límites de estas plataformas.

Exigimos que la arquitectura financiera de la UNFCCC considere nuestras organizaciones indígenas y nuestros propios mecanismos financieros, incluidos los fondos indígenas ya existentes, para la asignación de recursos destinados a acciones climáticas de mitigación, adaptación, pérdidas y daños en los territorios indígenas.

Ya no aceptamos intermediarios que no respeten nuestras autoridades y gobiernos propios, ni nuestros saberes, sistemas de conocimiento y formas de vida. El futuro de la humanidad depende de la autonomía y liderazgo de los pueblos indígenas, y



exigimos que esto se refleje en las políticas y prácticas de financiamiento.

Exigimos de los gobiernos el absoluto respeto a las autonomías y autodeterminación indígenas en cualquier emprendimiento en nuestros territorios, incluido el mercado de carbono, a partir de nuestros Planes de Vida comunitarios, sin ingerencia del Estado ni grandes corporaciones privadas. Estos proyectos no pueden estar desvinculados del respeto al derecho de los pueblos indígenas a una consulta libre, previa e informada con consentimiento garantizado en la Convención 169 de la OIT, salvaguardas de Cancún, protocolos y otros mecanismos de consulta determinados por cada pueblo. La protección de nuestros territorios no debe ser una herramienta de lucro para grandes corporaciones o gobiernos.

Seguiremos firmes en una frente unificada del movimiento indígena de la Amazonía – el "G9 de la Amazonía Indígena" y otros espacios comunes de articulación e incidencia acordados entre las organizaciones indígenas nacionales de la Cuenca Amazónica – en la lucha por la vida, los derechos territoriales y la protección de los biomas fundamentales para nuestra existencia y para el equilibrio climático global. Que nuestra unión sirva de ejemplo para el cuidado de la vida en el mundo, recordando a todos que el futuro de la humanidad depende de la Amazonía y de todos los biomas preservados milenariamente por nuestros pueblos.

Nuestro llamado es claro: sin los pueblos indígenas, sin nuestro liderazgo y saberes, sin la protección de nuestros territorios, no hay soluciones reales para la crisis climática. La lucha por la vida es nuestra lucha, y nuestra lucha no es negociable. Estamos, y siempre estaremos, en la línea de frente de esta batalla.

Convocamos a todos los pueblos indígenas, aliados y socios para que se unan a nosotros. Queremos una alianza intercontinental por la vida en el planeta. Si depende de nosotros, el cielo no caerá.

**SIEMPRE HEMOS ESTADO AQUÍ**

**LA RESPUESTA SOMOS NOSOTROS**

—

**ENG**

## **Agreement of the Indigenous Peoples of the Amazon Basin for Climate and Life**

We, the Indigenous organizations of the Amazon Basin – COIAB, APA, AIDSESP, CIDOB, FOAG, OIS, OPIAC, ORPIA – gathered at the International Meeting of Indigenous Peoples of the Amazon Basin, which took place from February 12 to 14, 2025, in Manaus, Brazil, reaffirm that the time for effective climate action is now.

We know that without decisive and effective actions, the preservation of life on a burning planet is on the brink of irreversible collapse. The climate crisis is not a distant threat but a devastating reality already affecting our territories, our lives and our cultures. Therefore, as authorities and essential actors in the preservation of the Amazon and the regulation of the global climate, we declare a climate emergency in the Amazon.

The climate crisis is not only an environmental issue but a crisis of values and leadership. We will no longer accept empty promises or commitments without concrete actions from national governments. We are Peoples who live in harmony with nature through our ancestral knowledge systems, and we hold true governance and climate authority to regulate the climate and combat the destruction of biodiversity. For humanity to have a future, solutions must come through Indigenous leadership. Therefore, we demand that our voices and rights be respected in global climate discussions, especially at COP-30, which will take place on our territory.

Our appeal is urgent and requires immediate action: ensuring Indigenous co-presidency at COP-30 is crucial to securing and advancing the commitments established under the United Nations Framework Conventions on Climate Change. We will not allow vital decisions about the planet's future to be made without our full participation. The Amazon, our sacred home, cannot be treated as just another

backdrop in climate discussions. It must be the epicenter of these negotiations. The Amazon is a key factor in the global climate fight, and preserving its forests is not only vital for our Peoples but for the survival of all humanity. If it is not protected, the Amazon will cease to be part of the solution to the climate crisis and will become a carbon bomb ready to explode.

We can no longer wait – the fight for the Amazon is a fight for life on the planet, just as it is the fight for other biomes and the major natural carbon sinks (forests, oceans, and soils).

The rhetoric about using Amazon's oil resources to finance the energy transition is not only false, it is outrageously cynical. It ignores the gravity of the climate crisis and the devastation caused by fossil fuel exploitation – which is, in fact, the biggest driver of the global climate crisis. We will not allow ourselves to be deceived by fallacies and strategies that only prolong destruction. Ending oil exploration in the Amazon and the world is not an option, it is an urgent need. There will be no forest standing on a burning planet. The energy transition must be made fairly and immediately, respecting and protecting the populations that are already paying the highest price for this criminal destruction.

We demand that Parties and governments urgently respect and recognize Indigenous Peoples in countries where our existence is denied, and commit to demarcating and protecting Indigenous ancestral territories as a coherent and necessary climate policy. The preservation of the planet and the mitigation of climate change are directly tied to guaranteeing and protecting our territories. Indigenous territories are not just conservation areas; they are key to humanity's climate future. We demand that countries place the demarcation or land tenure of Indigenous territories, according to each national reality, at the center of their climate policies and Nationally Determined Contributions (NDCs), especially for the territories of Isolated and Recently Contacted Indigenous Peoples (PIIRC), which are in a situation of high vulnerability and risk of extermination. We will not accept weak goals or empty government funding, as this

directly impacts our lives and territories.

We know that the climate crisis is a debt not created by our Peoples. What is disturbing is the irresponsibility of States, who are disengaging while the Indigenous Peoples are making every effort to combat the crisis. There is no more room for excuses: it is time for a Global Ethical Review on Climate.

The recognition of the importance of Indigenous Peoples cannot be mere rhetoric; it must translate into concrete actions that ensure our rights and guarantee our leadership in political decisions and climate solutions, both on the international stage and in national spaces and within our own territories. Indigenous presence at the UNFCCC, through spaces such as the International Indigenous Peoples Forum on Climate Change (IIPFCC), the Indigenous Caucus, and the Local Communities and Indigenous Peoples Platform (LCIPP), is essential to ensure that our issues and ancestral knowledge are integral parts of global climate negotiations. However, our protagonism must go beyond the boundaries of these platforms.

We demand that the financial architecture of the UNFCCC consider our Indigenous organizations and our own financial mechanisms, including existing Indigenous funds, for allocating resources for climate mitigation, adaptation, loss, and damage in Indigenous territories.

We no longer accept intermediaries who do not respect our authorities and governments, nor our knowledge, ways of knowing, and ways of living. The future of humanity depends on the autonomy and leadership of Indigenous Peoples, and we demand this to be reflected in funding policies and practices.

We demand absolute respect from governments for Indigenous autonomy and self-determination in any and all endeavors in our territories, including the carbon market, based on our community Life Plans, without interference from the State or large private corporations. These projects must be linked to the respect for the right of Indigenous Peoples to consultation for a free, prior, and informed consent

# COP30



guaranteed under ILO Convention 169, Cancun safeguards, protocols, and other consultation mechanisms determined by each People. Protecting our territories should not be a profit tool for large corporations or governments.

We will remain firm in a unified front of the Amazon Indigenous movement – the "G9 of Indigenous Amazon" and other common spaces for coordination and advocacy agreed upon by the Indigenous national organizations of the Amazon Basin – in the struggle for life, territorial rights, and the protection of biomes essential to our existence and the global climate balance. May our unity serve as an example of caring for life in the world, reminding everyone that the future of humanity depends on the Amazon and all biomes preserved for millennia by our Peoples.

Our call is clear: without Indigenous Peoples, without our leadership and knowledge, without the protection of our territories, there are no real solutions to the climate crisis. The fight for life is our fight, and our fight is non-negotiable. We are, and will always be, at the forefront of this battle.

We call on all Indigenous Peoples, allies, and partners to join us. We want an intercontinental alliance for life on the planet. If it depends on us, the sky will not fall.

**WE HAVE ALWAYS BEEN HERE  
THE ANSWER IS US**